

CONTRATO - CONTRATO Nº43/2024/PGJ

CONTRATO Nº43/2024/PGJ

**TERMO DE CONTRATO Nº Nº43/2024/PGJ QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA HR COMERCIO
E SERVICOS EIRELLI-EPP. PROCEDIMENTO DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0428.0022523/2024-37.**

CONTRATANTE: O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI, inscrito no CNPJ: 05.805.924/0001-89, representado neste ato pelo Subprocurador de Justiça Institucional, Dr. Hugo de Sousa Cardoso, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual Nº 12, de 18 de dezembro de 1993, e art. 1º, IX, do Ato PGJ-PI Nº 1079/2021.

CONTRATADO: EMPRESA HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 29.106.687/0001-26 estabelecida na AV. C-7 Nº 2450 QD. 69 LOTE 02 CASA 02 SALA 02 SETOR SUDOESTE CEP: 74.305-080 GOIANIA/GO., representada pelo Sócio Administrador Sr. Hélio Rodrigues Costa. CPF: ***.100.421-** de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por instrumento da empresa.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0428.0022523/2024-37, no Pregão Eletrônico n.º 37/2023, obedecendo ao disposto na Lei nº 10.520/02, nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.346/04, considerando o teor da proposta de preços apresentada pela contratada e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de toners (lote 3) para impressoras do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, e anexo deste Contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

- Unidade Orçamentária: 25101
- Programa de trabalho: 03.122. 0111. 2000
- Atividade: 2000
- Fonte do Tesouro: 500
- Natureza da Despesa: 3.3.90.30
- Nota de Empenho: 2024NE00744

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de 30.010,00 (Trinta mil e dez reais).

3.1.1. No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura e encerramento na mesma data do ano seguinte ao da assinatura, tendo eficácia após a publicação do extrato do ato no Diário Oficial Eletrônico do MPPI, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Os materiais deverão ser entregues na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, Divisão de Material de Consumo, localizada na rua Lindolfo Monteiro, 911, centro, CEP: 64049-440, bairro Fátima, Teresina - PI, no horário das 8:00h às 15:00h.

5.2. Para cada solicitação, o prazo de entrega do objeto será de no máximo 17 (dezesete) dias úteis, **contados do envio da Ordem de fornecimento e/ou requisição da Divisão de Material de Consumo (almoxarifado), considerando o disposto no item 3.4.**

5.3. A ordem de fornecimento ou contrato, também poderão estabelecer uma programação de entrega parcelada do objeto, considerando o disposto no item 3.4 do Termo de Referência.

5.4. Após a comunicação ao fornecedor sobre a assinatura do contrato, o mesmo **terá que assinar no prazo de 5 (cinco) dias úteis.**

5.5. A cópia da ordem de fornecimento, do contrato e da nota de empenho também poderão ser enviadas para o e-mail do fornecedor ou seu representante indicado no certame.

5.6. Para a ocorrência do item 4.5 do Termo de Referência, o fornecedor deverá assinar via SEI (Sistema de Eletrônico de Informações) do MPPI, ou o que for disponibilizado.

5.7. As Ordens de fornecimento e requisições de entrega, contendo os respectivos materiais e quantidades para entrega, serão enviadas pelo fiscal do contrato ou servidores lotados na Coordenadoria de Apoio Administrativo e suas Divisões.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

6.1. Observado o prazo de entrega e obrigações, o fornecedor fará a entrega do produto no local, oportunidade em que receberá documento ou atesto na própria Nota Fiscal, declarando a entrega que, nos termos da Lei 8.666/93, artigo 73, será considerado título de recebimento provisório.

6.2. Imediatamente após o recebimento do objeto em caráter definitivo, que deverá ser efetuado no prazo de **5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório**, com a conferência física, quantitativa e qualitativa dos objetos conforme nota de empenho e nota fiscal, o órgão recebedor adotará as providências para pagamento.

6.3. O aceite/aprovação do material pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do contratado por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações, verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA GARANTIA DO MATERIAL

7.1. O prazo de validade e garantia dos materiais, contra defeitos de fabricação e/ou vícios (quando não especificado nas tabelas dos lotes 1 a 4), deverá ser de, NO MÍNIMO, 06 (seis) meses a partir da entrega no almoxarifado do MPPI.

7.2. Durante o período de garantia, a adjudicatária, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir ou reparar o objeto que apresentar indícios de irregularidades, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação escrita da autoridade competente, sem acarretar ônus para a Contratante.

7.3. A empresa ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado pelo servidor ou equipe responsável pelo recebimento, sem qualquer ônus da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços e Contrato no prazo previsto pelo Edital.

8.1.2. Entregar o material dentro das especificações contidas neste Termo de Referência, e havendo indícios de irregularidades, ou ainda, nos casos em que o material entregue apresente características diferentes das contidas no Termo, o material fornecido deverá ser substituído, pelo Fornecedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação escrita por parte do MP-PI.

8.1.3. Fornecer produtos novos, rigorosamente em conformidade com todas as especificações

estipuladas, e com validade e garantia mínima legal, contados a partir da entrega ao almoxarifado do MPPI.

8.1.4. Garantir a qualidade dos produtos entregues independentemente da garantia ofertada pelo fabricante.

8.1.5. Entregar os materiais acompanhados das respectivas notas fiscais constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, conforme Termo de Referência.

8.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens.

8.1.7. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do Artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

8.1.8. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao MPE/PI a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

8.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, bem como pelos impostos, taxas, seguros e valor do frete, dentre outros encargos resultantes da execução do contrato.

8.1.10. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos materiais.

8.1.11. Informar à Administração, por escrito, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do ajuste.

8.1.12. Comunicar à Administração, por escrito, no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.1.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo de imediato as reclamações a respeito da qualidade dos produtos.

8.1.14. Observar rigorosamente as especificações, normas e instruções da Ordem de Fornecimento e da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.1.15. Entregar, nos prazos estabelecidos, documentos e informações que estejam definidos ou que vierem a ser solicitados pela Contratante.

8.1.16. Assumir inteira responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes dos objetos fornecidos.

8.1.17. Veda-se ao Contratado:

8.1.17.1. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado.

8.1.17.2. Veicular publicidade acerca do objeto avençado, salvo prévia autorização do Contratante.

8.1.17.3. A subcontratação para execução do objeto contratado.

8.1.17.4. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do MPE/PI durante o período de fornecimento.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar o registro do licitante vencedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

8.2.2. Emitir a respectiva Nota de Empenho e a Ordem de Fornecimento para correta contratação do fornecedor registrado.

8.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo contratado, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.

8.2.4. Efetuar o recebimento do material, verificando se está em conformidade com o solicitado, incluindo-se inspeção em travas, lacres, selos e outros elementos que garantam a inviolabilidade/integralidade dos produtos.

8.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as especificações do Termo.

8.2.6. Comunicar imediatamente ao Fornecedor quando da inspeção do material, qualquer irregularidade verificada.

8.2.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

8.2.8. Efetuar o pagamento devido, nos termos do edital, quando os objetos fornecidos estiverem em plena conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

8.2.9. Fiscalizar para que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA NONA- DAS VEDAÇÕES

9.1. É vedado à CONTRATADA:

- 9.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 9.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento a favor do licitante vencedor será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos, mediante a apresentação da respectiva **nota fiscal/fatura** devidamente atestada pelo setor competente, observada a ordem cronológica estabelecida no artigo 5º da Lei nº 8.666/93. Para os fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débitos relativas ao FGTS, à previdência, ao trabalho, situação fiscal tributária federal, certidão negativa de tributos estaduais e municipais, mantendo-se as mesmas condições de habilitação do certame, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

11.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.3. Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicados pro rata die da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

11.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

11.6. A Procuradoria-Geral de Justiça reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

11.7. O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta a ser indicada pela contratada cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento, e nos termos da lei, será debitado do valor devido ao MP/PI, referente aos serviços prestados, os valores relativos aos tributos e contribuições sociais.

11.8. A Administração poderá descontar do valor do pagamento que o fornecedor tiver a receber, importâncias que lhe sejam devidas, por força da aplicação das multas previstas no edital.

11.9. O CNPJ contido na nota fiscal/fatura emitida pela Contratada deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independentemente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Piauí e será descredenciada do Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços para a Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí (CADUF), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a CONTRATADA que:

- 12.1.1. Apresentar documentação falsa.
- 12.1.2. Fraudar a execução do contrato e/ou ARP.
- 12.1.3. Comportar-se de modo inidôneo.
- 12.1.4. Cometer fraude fiscal; ou
- 12.1.5. Fizer declaração falsa.
- 12.1.6. Não retirar a nota de empenho, não assinar a ata de registro de preços ou o Contrato, nos prazos estabelecidos.
- 12.1.7. Deixar de entregar a documentação exigida no certame.
- 12.1.8. Não mantiver a proposta.

12.2. Para os fins do item 12.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92,

parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993. Também será considerado comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato e ou ARP ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “12.5”, “12.7”, “12.8” e “12.10” abaixo, com as seguintes penalidades:

12.3.1. Advertência;

12.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI), por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

12.4. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

12.5. As multas serão aplicadas nas seguintes graduações:

12.5.1. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

12.5.2. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.6. No caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

12.7. Considera-se inexecução total, entre outros, o atraso injustificado no prazo de entrega/prestação superior a 15 (quinze) dias.

12.8. O descumprimento de obrigações contratuais acessórias, a exemplo da garantia do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa de até 3% (três por cento) do valor empenhado.

12.9. As multas decorrentes de retardamento na execução do objeto poderão ser aplicadas juntamente às multas por inexecução parcial ou total do objeto, às multas por descumprimento de obrigação contratual e às multas por descumprimento das obrigações acessórias.

12.10. O valor da multa e/ou dos prejuízos causados à Contratante poderão ser descontados das notas fiscais/faturas devidas à CONTRATADA ou da garantia eventualmente prestada, até decisão final do processo administrativo.

12.10.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.10.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.11. Em caráter excepcional, como medida de cautela, o Contratante poderá reter o valor presumido da multa, antes da instauração do procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

14.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I aXII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

15.1. Os débitos da **CONTRATADA** para com o MP/PI, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução das obrigações dispostas neste termo de referência será fiscalizada pelo Chefe da Divisão de Material de Consumo do MP-PI ou por servidor designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com autoridade para exercer, como representante da Administração deste Órgão, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

16.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.3. A Contratada fica obrigada a comunicar ao MPPI, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

17.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.4. Em razão das situações econômica e social surgidas com a Pandemia do Coronavírus (COVID-19), e do risco da ocorrência de outras situações estranhas à vontade das partes, ou imprevisíveis, que gerem reflexos no orçamento estadual, a Contratante poderá adotar medidas para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando ao contingenciamento de gastos, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- a) alteração das cláusulas econômico-financeira e monetária com a concordância do contratado (art. 58, § 1º, da Lei nº 8.666/93);
- b) redução do objeto contratual (art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666/93);
- c) revisão (art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o foro de Teresina-PI, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo MP/PI:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Subprocurador de Justiça Institucional

Dr. Hugo de Sousa Cardoso

Pela **CONTRATADA**:

EMPRESA HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP,

Representante: Sr. Hélio Rodrigues Costa. CPF: ***.100.421-**

ANEXO I

PAG Nº 22523/2024-37 ARP Nº 02/2024-P.E. Nº 37/2023
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP, CNPJ: 29.106.687/0001-26 ENDEREÇO: AV. C-7 Nº 2450 QD. 69 LOTE 02 CASA 02 SALA 02 SETOR SUDOESTE CIDADE: GOIANIA- GO CEP: 74.305-080 REPRESENTANTE: Hélio Rodrigues Costa. CPF: ***.100.421-** FONE: (062) 98278-5155 / (062) 3274-1609 E-MAIL: : adm.hrcosta@gmail.com
Exclusivo para Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP

LOTE 3

ITEM	OBJETO	MARCA	UNIDADE	QTDE. REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	1ª AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL
						P.G.A. 19.21.0428.0022523/2024-37	
1	Toner Impressora HP PRO M428FDW (monocromática): TONER PRETO CF258XC (10.000 pág.) Tipo: Original Do Fabricante Do Equipamento.	HP	UND	54	R\$ 375,00	13	R\$ 4.875,00
2	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner PRETO: W2020XC (7.500 pág.). Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento.	HP	UND	18	R\$ 545,00	11	R\$ 5.995,00
3	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner Magenta: W2023XC (6.000 pág.) Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento	HP	UND	18	R\$ 660,00	9	R\$ 5.940,00
4	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner Cyan: W2021XC (6.000 pág.) Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento	HP	UND	18	R\$ 660,00	10	R\$ 6.600,00
5	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner Amarelo: W2022XC (6.000 pág.) Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento.	HP	UND	18	R\$ 660,00	10	R\$ 6.600,00

VALOR TOTAL R\$ 30.010,00 (trinta mil dez reais)

**R\$
30.010,00**

Pelo MP/PI:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Subprocurador de Justiça Institucional

Dr. Hugo de Sousa Cardoso

Pela **CONTRATADA**:

EMPRESA HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP,

Representante: Sr. Hélio Rodrigues Costa. CPF: ***.100.421-**

APÊNDICE I - ORDEM DE FORNECIMENTO

Assunto: Aquisição de toners para as impressoras do Ministério Público do Estado do Piauí.

NOTA DE EMPENHO: _____

Ref.: Pregão Eletrônico nº 37/2023.

Solicitamos à empresa _____ que forneça os objetos abaixo especificados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
-	-	-

Valor Total do Fornecimento: R\$ _____ (_____)

Local de Entrega:

Teresina, ____/____/____

Fiscal do Contrato



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO, Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 13/08/2024, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HELIO RODRIGUES registrado(a) civilmente como HELIO RODRIGUES COSTA, Usuário Externo**, em 13/08/2024, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0810748** e o código CRC **F188281A**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3126/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0428.0022523/2024-37,

RESOLVE

DESIGNAR o servidor **FELIPE ARLEEM REZENDE**, matrícula nº 20026, para fiscalizar a execução do contrato firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça, inscrita no CNPJ:05.805.924/0001-89, e a empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 29.106.687/0001-26 (CONTRATO Nº 41/2024/PGJ - PGA nº 19.21.0428.0022523/2024-37).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de agosto de 2024.

CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, **Procurador-Geral de Justiça**, em 14/08/2024, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0815855** e o código CRC **7F8D879C**.

DIA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	SERVIDOR
25	29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI	LIA ANDRADE PORTELA

***Substituição de Servidor**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 14 de agosto de 2024

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3125/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022;

CONSIDERANDO o art. 15, II, do ATO CONJUNTO PGJ/CGMP-PI Nº 01/2020;

CONSIDERANDO a designação do Promotor de Justiça Jessé Mineiro de Abreu para atuar no plantão dos dias 17 e 18 de agosto da Regional de Picos, conforme a Portaria PGJ/PI 2171/2024;

CONSIDERANDO o requerimento contido no PGEA/SEI nº 19.21.0119.0029689/2024-49,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **JESSÉ MINEIRO DE ABREU**, titular da Promotoria de Justiça de Inhumas, para atuar no Plantão Ministerial da Regional de Picos dos dias 15 e 16 de agosto de 2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de agosto de 2024.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3126/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0428.0022523/2024-37,

RESOLVE

DESIGNAR o servidor **FELIPE ARLEEM REZENDE**, matrícula nº 20026, para fiscalizar a execução do contrato firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça, inscrita no CNPJ:05.805.924/0001-89, e a empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 29.106.687/0001-26 (CONTRATO Nº 41/2024/PGJ - PGA nº 19.21.0428.0022523/2024-37).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de agosto de 2024.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3127/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 12/93 e, considerando o disposto no procedimento de gestão administrativa nº 19.21.0162.0029648/2024-26,

R E S O L V E

CONCEDERAO Promotor de Justiça **RUSZEL LIMA VERDE CAVALCANTE**, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba, 02 (dois) dias de licença compensatória para serem fruídos no período de 02 a 03 de setembro de 2024, referentes ao saldo de ½ (meio) dia de crédito do plantão ministerial realizado em 26 de fevereiro de 2022, conforme a Portaria PGJ/PI nº 2026/2024, e ao plantão ministerial realizado em 25 de dezembro de 2023, conforme certidão expedida pela Corregedoria Geral do MPPI, nos termos do Ato Conjunto PGJ/CGMP nº 06/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de agosto de 2024.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3128/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 12/93 e, considerando o disposto no procedimento de gestão administrativa nº 19.21.0131.0029206/2024-09,

R E S O L V E

ADIAR, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí, 30 (trinta) dias de férias da Promotora de Justiça **FRANCINEIDE DE SOUSA SILVA**, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Teresina, referentes ao 1º período do exercício de 2024, previstas para o período de 02 de setembro a 01 de outubro de 2024, conforme a Portaria PGJ/PI nº 1193/2024, ficando os 30 (trinta) dias de férias para fruição em data oportuna.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de agosto de 2024.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3129/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022;

CONSIDERANDO o requerimento contido no PGEA/SEI nº 19.21.0040.0029800/2024-80,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **JOSÉ MARQUES LAGES NETO**, titular da 11ª Promotoria de Justiça de Teresina, para atuar no Plantão Ministerial de atribuição da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, dia 24 de agosto de 2024, em substituição à Promotora de Justiça titular.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de agosto de 2024.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3130/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO a previsão de 30 (trinta) dias de férias, no período de 02 de setembro a 01 de outubro de 2024, conforme escala publicada no DOEMP/PI nº 1456, de 12/12/2023, bem como a conversão em pecúnia de férias, referentes ao 2º período do exercício de 2024, conforme o Ato PGJ/PI nº 1389/2024, constantes nos autos do PGEA nº 19.21.0726.0008431/2024-79e,

CONSIDERANDO o requerimento encaminhado pela Promotora de Justiça Everângela Araújo Barros Parente, datado de 14/08/2024, constante nos autos do PGEA nº 19.21.0040.0029739/2024-78,

R E S O L V E

se o desmatamento de 247,68 ha de vegetação nativa sem Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) - Código de Alerta 917291. Verificou-se ainda que a propriedade possui Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP mapeadas, sendo que, 10.627,23 ha correspondem a área total de RL, onde 10.384,18 ha se encontram preservados até o ano de 2021 (representando 97,71% da área) e 243,05 ha de RL não está preservada (representando 2,29% da área), assim como 1.992,91 ha correspondente a área total de APP, onde 984,35 ha se encontram preservados até o ano de 2021 (representando 49,39% da área) e 1.008,56 ha de APP não está preservada (representando 50,61% da área);

PI-2205904-7D76C54E8F80497DAE31BDAF3C43F9F8_ Código do Imóvel denominado "Vista Alegre III", com área total de 1.395,47 ha, inserido no município de Alvorada do Gurguéia/PI, de propriedade de Paulo Ricardo Serpa Born, onde apurou-se o desmatamento de 248,32 ha de vegetação nativa sem Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) - Código de Alerta 917291. Apurou-se ainda que a propriedade possui apenas Reserva Legal - RL mapeada, sendo que 418,90 ha correspondem a área total de RL, onde 418,90 ha se encontram preservados até o ano de 2021 (representando 100,00 % de área);

PI-2205904-416D6F6F259940E89CDC45882F977B9B_ Código do Imóvel denominado "**Borda do Baixão do Taquari e Outros**", com área total de 6.723,14 ha, inserido no município de Alvorada do Gurguéia/PI, de propriedade de **Almirallice de Carvalho Freitas**, onde apurou-se o desmatamento de 248,38 ha de vegetação nativa sem Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) - Código de Alerta 917291. Verificou-se ainda que a propriedade possui Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP mapeadas, sendo que, 1.968,50 ha correspondem a área total de RL, onde 1.968,50 ha se encontram preservados até o ano de 2021 (representando 100,00% da área), assim como 115,22 ha correspondente a área total de APP, onde 57,37 ha se encontram preservados até o ano de 2021 (representando 49,79% da área) e 57,85 ha de APP não está preservada (representando 50,21% da área);

CONSIDERANDO que, além das infrações cíveis e administrativas, a conduta dos investigados pode configurar, em tese, o crime previsto no Art. 38 da Lei Federal nº 9.605/1998, in verbis: "Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção", para casos de APP e RL;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de o Ministério Público apurar os fatos, resolve:

INSTAURAR, sob sua presidência, **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**, registrado sob nº **09/2024**, conforme dispõe o Art. 37, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 12/1993 e Art. 1º e seguintes da Resolução nº 23/2007, apurar a supressão de **248,43 ha de vegetação nativa**, integrante do Bioma de Cerrado, com o Código de Alerta 917291 sobreposto aos imóveis denominados "**Fazenda Nossa Senhora Das Graças 5**", "**Fazenda Nova Alvorada do Cerrado e Outras**", "**Vista Alegre III**" e "**Borda do Baixão do Taquari e Outros**", situados no município de **Alvorada do Gurguéia/PI**, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme consta do Relatório de Alerta de Desmatamento sobre Propriedade Rural em face de **Mauricelia Bores de Souza Fuck - proprietária do imóvel "Fazenda Nossa Senhora Das Graças 5"**, **Agro Energia Piauí S/A - empresa proprietária do imóvel "Fazenda Nova Alvorada do Cerrado e Outras"**, **Paulo Ricardo Serpa Born - proprietários do imóvel "Vista Alegre III"**, e **Almirallice de Carvalho Freitas - proprietária do imóvel "Borda do Baixão do Taquari e Outros"**.

Para secretariar os trabalhos, designo os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça a quem determino a adoção das seguintes providências:

1. Registre-se o presente ICP no SEI, como procedimento de acesso público;
2. Encaminhe-se cópia desta Portaria ao Diário Eletrônico para fins de publicação;
3. Encaminhe-se cópia desta Portaria ao Conselho Superior do Ministério Público, para conhecimento;
4. Certifique-se de que todos os documentos estejam devidamente digitalizados e visíveis para público externo no SEI; Solicite-se auxílio ao CAOMA na obtenção de dados (tais como endereço, e-mail, telefone) de Mauricelia Bores de Souza Fuck - proprietária do imóvel "Fazenda Nossa Senhora Das Graças 5", Agro Energia Piauí S/A - empresa proprietária do imóvel "Fazenda Nova Alvorada do Cerrado e Outras", Paulo Ricardo Serpa Born - proprietários do imóvel "Vista Alegre III", e Almirallice de Carvalho Freitas - proprietária do imóvel "Borda do Baixão do Taquari e Outros";
5. Conforme a Resolução nº23/2007 - CNMP e o Art. 15, §10º da Resolução 005/2018 CSMP, notifique-se os investigados, com cópia desta portaria, inclusive constando orientação sucinta quanto à forma de acesso digital, para, dentro de dez dias úteis:
 - Prestar as informações que entender necessárias;
 - Juntar aos autos cópia e via digital do CAR da propriedade, caso existente, com todos os documentos que o embasaram;
 - juntar cópia de eventual PRA (programa de regularização da propriedade) e PRADA eventualmente existentes;
 - Cópia da matrícula do imóvel;
 - Informar outras eventuais atividades sujeitas a licenciamento ambiental, inclusive juntando respectiva documentação;
 - Caso não sejam legítimos proprietários do imóvel, juntar documentação para comprovação da posse;
 - Informar se tem interesse em solucionar a situação por via consensual, mediante assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;
6. Comunique-se à Secretaria de Estado de Meio Ambiente sobre a instauração do presente procedimento, via PGJ;
7. Certifique-se se houve lavratura de Boletim de Ocorrência pelo fato e o número do Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado.
8. Expeça-se ofício ao Cartório de Registro de Imóveis para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhar cópia da matrícula das propriedades rurais denominadas "Fazenda Nossa Senhora Das Graças 5", "Fazenda Nova Alvorada do Cerrado e Outras", "Vista Alegre III" e "Borda do Baixão do Taquari e Outros", situadas no município de Alvorada do Gurguéia/PI de propriedade de Mauricelia Bores de Souza Fuck - proprietária do imóvel "Fazenda Nossa Senhora Das Graças 5", Agro Energia Piauí S/A - empresa proprietária do imóvel "Fazenda Nova Alvorada do Cerrado e Outras", Paulo Ricardo Serpa Born - proprietários do imóvel "Vista Alegre III" e Almirallice de Carvalho Freitas - proprietária do imóvel "Borda do Baixão do Taquari e Outros";
9. Anote-se no SEI o prazo previsto para a resposta.

Com a resposta ou vencido o prazo, retornem os autos conclusos para ulteriores deliberações.

Cumpra-se.

Cristino Castro-PI, 26 de abril de 2024.

Roberto Monteiro Carvalho

Promotor de Justiça Titular

4. LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.1. EXTRATO DO CONTRATO Nº43/2024/PGJ

EXTRATODO CONTRATONº 43/2024/PGJ

- a) Espécie: Contrato nº**43/2024/PGJ**, firmado em 13/08/2024, entre aProcuradoria-Geral de Justiça, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº29.106.687/0001-26;
- b) Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de toners (lote 3) para impressoras do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, e anexo deste Contrato;
- c) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.346/04.
- d) Procedimento de Gestão Administrativa: nº 19.21.0428.0022523/2024-37;
- e) Vigência: O prazo devigênciadeste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses,com início na data de sua assinatura e encerramento na mesma data do ano seguinte ao da assinatura,tendo eficácia após a publicação do extrato do ato no Diário Oficial Eletrônico do MPPI, nos termos do art.

61, parágrafo único da Lei 8.666/1993;

f) Valor: Ovalordo presente Termo de Contrato é de30.010,00 (Trinta mil e dez reais);

g) Cobertura orçamentária: Unidade Orçamentária: 25101; Fonte de Recursos: 500; projeto/atividade: 2000 ; natureza da despesa: 3.3.90.30, Nota de empenho: 2024NE00744;

h) Signatários: contratado Sr.Hélio Rodrigues Costa. CPF: ***.100.421-**, representante da empresa e contratante: Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, Dr. Hugo de Sousa Cardoso.

Teresina, 14 de agosto de 2024.

ANEXO I

MEMÓRIA DE CALCULO PAG Nº 22523/2024-37 ARP Nº 02/2024-P.E. Nº 37/2023							
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP, CNPJ: 29.106.687/0001-26 ENDEREÇO: AV. C-7 Nº 2450 QD. 69 LOTE 02 CASA 02 SALA 02 SETOR SUDOESTE CIDADE: GOIANIA-GO CEP: 74.305-080 REPRESENTANTE: Hélio Rodrigues Costa. CPF: ***.100.421-** FONE: (062) 98278-5155 / (062) 3274-1609 E-MAIL: : adm.hrcosta@gmail.com							
Exclusivo para Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP							
LOTE 3							
ITEM	OBJETO	MARCA	UNIDADE	Q T D E . REGISTRAD A	V A L O R UNITÁRIO	1ª AQUISIÇÃO	
						P	G . A . 19.21.0428.0022523/2024-37
1	Toner Impressora HP PRO M428FDW (monocromática): TONER PRETO CF258XC (10.000 pág.) Tipo: Original Do Fabricante Do Equipamento.	HP	UND	54	R\$ 375,00	13	R\$ 4.875,00
2	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner PRETO: W2020XC (7.500 pág.) Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento.	HP	UND	18	R\$ 545,00	11	R\$ 5.995,00
3	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner Magenta: W2023XC (6.000 pág.) Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento	HP	UND	18	R\$ 660,00	9	R\$ 5.940,00
4	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner Cyan: W2021XC (6.000 pág.) Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento	HP	UND	18	R\$ 660,00	10	R\$ 6.600,00
5	Toner Para Impressora HP PRO Color LaserJet Pro M479fdw (Colorida): Toner Amarelo: W2022XC (6.000 pág.) Tipo Original Do Fabricante Do Equipamento.	HP	UND	18	R\$ 660,00	10	R\$ 6.600,00
VALOR TOTAL R\$ 30.010,00 (trinta mil dez reais)							R \$ 30.010,00

Teresina, 14 de agosto de 2024.

4.2. PUBLICAÇÃO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA



Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-016785/24

nº contrato

43/2024

nº processo administrativo

19.21.0428.0022523/2024-37

procedimento origem

Licitação

objeto

Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de toners para impressoras do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

nome do contratado

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

cpf/cnpj

29.106.687/0001-26

data da assinatura

13/08/2024

valor contratado

R\$30.010,00

data do cadastro

15/08/2024

data últ. alteração

15/08/2024